

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10280/003.327/91-07

Sessão de 05 de maio de 1994

ACORDÃO No. 104-11.412

RECURSO No: 86.069 - PIS/FATURAMENTO - EX.: DE 1988

RECORRENTE: OBA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS LTDA.

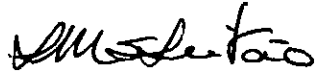
RECORRIDA: DRF EM BELEM - PA

CONTRIBUIÇÃO AO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
PIS/FATURAMENTO - Decorrencia - Pelo
princípio da decorrência, o resultado do jul-
gamento do processo matriz reflete no do pro-
cesso decorrente, em face da inquestionável
relação de causa e efeito existente entre as
matérias de fato e de direito que informam os
dois procedimentos.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso
interposto por OBA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS LTDA.

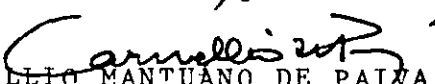
ACORDAM os membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de
Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso,
nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julga-
do.

Sala das Sessões em 05 de maio de 1994.


LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO

- PRESIDENTE E RELATORA

VISTO EM
SESSÃO DE: 2 8 JUL 1994


CARMELO MANTUANO DE PAIVA

- PROCURADOR DA FAZENDA
NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento os seguintes
Conselheiros: Paulo Roberto de Castro (Suplente Convocado), Evandro
Pedro Pinto, Miguel Remy, Sergio Murilo Marelllo (Suplente Convocado)
e Carlos Walberto Chaves Rosas.

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10280/003.327/91-07

RECURSO No: 86.069

ACORDAO No: 104-11.412

RECORRENTE: OBA ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE ALIMENTOS LTDA.

R E L A T Ó R I O

A contribuinte supra-identificada recorre, a este Conselho, da decisão da autoridade julgadora de primeiro grau que julgou procedente a exigência fiscal formalizada no Auto de Infração de fls. 2.

Trata-se de tributação reflexa de outro processo instaurado contra a mesma contribuinte, na área do imposto de renda/ pessoa jurídica, protocolizado na repartição local sob o no. 10280.003.326/91-36.

Nestes autos, cogita-se da cobrança da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS/FATURAMENTO, em face de inadimplência no recolhimento desta contribuição e de omissão de receitas, exigindo-se a contribuição no exercício de 1988, consoante estabelecido no artigo 3, alínea "b" da Lei Complementar no. 07, de 1970, c/c art. 1, parágrafo único da Lei Complementar no. 17, de 1973.

Mantida a tributação no processo matriz em primeira instância, igual sorte coube a este litígio naquele grau de jurisdição, conforme decisão de fls. 24.

Dessa decisão a contribuinte foi cientificada em 15.01.92 e, inconformada, ingressou em 13.02.92 com o recurso voluntário de fls. 29.

Como razões de recurso, a contribuinte se reporta aos mesmos fundamentos apresentados no processo principal.

E o relatório.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10280/003.327/91-07

3.

ACORDAO No: 104-11.412

V O I O

Conselheira LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO - Relatora

O recurso é tempestivo. Dele conheço.

Conforme relatado, a tributação objeto deste processo é decorrente da exigência fiscal formalizada na Área do IRPJ, objeto do processo de no. 10280.003.326/91-36, cujo recurso foi protocolizado neste Conselho sob o no. 102.736.

Tratando-se de tributação reflexa, o seu suporte fático é o mesmo que embasou a exigência procedida no processo principal, não comportando, por isso mesmo, uma apreciação desvinculada levada a efeito naquele processo. Isto porque, segundo remansosa jurisprudência deste Colegiado, o decidido no processo da pessoa jurídica, quanto a matéria que, por sua natureza ou decorrência de lei acarrete reflexo na tributação das pessoas físicas, na fonte ou contribuições, faz coisa julgada nos processos decorrentes, eis que, houvesse possibilidade de novo pronunciamento sobre os mesmos fatos, poder-se-iam estabelecer eventuais contraditórios desaconselháveis sob o ponto de vista social e legal.

Como o processo principal foi objeto de deliberação deste Colegiado em sessão realizada em 19.10.93, não cabe nestes autos reabrir a discussão em torno da existência do suporte fático da exigência, uma vez que a matéria já foi amplamente debatida e examinada naquela ocasião.



MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NO. 10280/003.327/91-07

4.

ACORDAO No: 104-11.412

Na oportunidade, esta Câmara, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, como faz certo o Acórdão de no. 104-10.832, de 19.10.93.

Assim, considerando a decisão prolatada no processo principal através do Acórdão supramencionado, observado, ainda, o princípio da decorrência, outra não poderá ser a decisão neste processo.

Nesta ordem de juízos, voto no sentido de se negar provimento ao recurso.

Brasília - DF, em 05 de maio de 1994.



LEILA MARIA SCHERRER LEITAO - RELATORA